

Hypolita: tensões e solidariedades nas negociações da liberdade

Hypolita: tensions and solidarities in the freedom negotiations

Antonia Márcia Nogueira Pedroza¹

Muirakytan K. de Macêdo²

Resumo:

Propomo-nos, neste artigo analisar alguns indícios da história de Hypolita Maria das Dores, mulata que nasceu livre e foi escravizada, no Crato (Ceará) e no Exu (Pernambuco), lugares em que viveu, no século XIX. O principal objetivo deste trabalho consiste em compreender como se estabelecem as solidariedades e tensões em um processo de ação de liberdade em espaços diferenciados. Numa abordagem que se insere no campo da história social das mulheres, Hypolita é tomada como sujeito de sua história, que luta pela sua liberdade e pela liberdade de seus filhos. Nossa estratégia de trabalho, a indiciária, está fundamentada na micro-história italiana. O corpus documental que permite tal verticalização investigativa é formada por textos do jornal O Araripe, inventários *post-mortem* e livros paroquiais de casamentos.

Palavras-chave: escravidão, liberdade, tensão.

Abstract:

In this article we propose to analyze some evidence of Hypolita's history - Maria das Dores, mulatto woman who was born free and was enslaved in Crato (Ceara) and Exu (Pernambuco), places where she lived in the nineteenth century. The main aim of this work is to understand how to establish solidarities and tensions in a freedom action process in different spaces. In an approach that introduce itself in the social history field of women, Hypolita is had as a character of her history, she fights for her freedom and for her children's freedom. Our work strategy, evidence method, is based on micro-Italian history. The documentary corpus that allows such investigative uprighting is formed for texts of the newspaper - O Araripe, post-mortem inventories and parish books of weddings.

Keywords: slavery, freedom, tension.

¹Autora. Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Email: marciainistoria@bol.com.br

²Orientador. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Doutor em Ciências Sociais.

Apresentemos Hypolita. Esta mulher nascida de ventre livre, recebeu o nome cristão de Hypolita Maria das Dores, mulata, viúva de um escravo, cujo nome não conhecemos, tendo contraído em 1858 um segundo matrimônio com Galdino, homem livre. Filha de Maria das Dores, forra, e de Francisco Pillé, homem livre. Neta de Antonia, cabra, escrava, e de um homem livre e rico (não conseguimos identificar seu nome) e bisneta de Geraldo, homem livre. Nasceu em 1823, em um lugar chamado margem do Rio São Francisco, pequeno povoado localizado na Província de Pernambuco.

Até onde conseguimos apurar, na região do Pajeú moravam a avó de Hypolita, Antonia, e o bisavô de Hypolita, Geraldo. Antonia tornou-se escrava de Ana Paula de Jesus, esta, na época, uma criança órfã de pai era filha de Dona Joana Paula de Jesus. A menor órfã a recebera como parte da herança familiar. Por volta de 1808, Antonia teve uma filha com um rapaz livre, rico e filho de Geraldo (como está citado lacunarmente nos documentos). A menina recebeu o nome de Maria das Dores. Em 1811 ela foi batizada tendo por padrinhos: João, homem casado e Maria, mulher solteira, ambos da freguesia de Boa Vista, localidade em que Maria das Dores foi batizada. Geraldo, o avô, alforriou-a na pia batismal. Maria cresceu engravidou de um homem livre chamado Francisco Pillé. Casou-se com ele e a primeira filha do casal, nascida em 1823, recebeu o nome de Hypolita Maria das Dores.

A pequena Hypolita nasceu e foi batizada, portanto, como pessoa livre, condição que demonstrará precária, como veremos. Em seu batizado teve por madrinha Dona Joana Paula de Jesus, mãe da órfã Ana Paula de Jesus. Viveu livremente os primeiros anos da infância em margem do Rio São Francisco, ao lado de seus pais. Hypolita na sua primeira infância, também conviveu com seu bisavô Geraldo, com sua madrinha dona Joana Paula de Jesus e a órfã Ana Paula de Jesus. Todos eles haviam se mudado para margem do Rio São Francisco. Ainda era criança quando Dona Joana decidiu mudar-se novamente com a família, agora para o Exu³. Segundo os documentos que consultamos, Maria das Dores, mãe de Hypolita, desejando uma melhor educação para a filha, permitiu que essa fosse morar com a madrinha, Dona Joana. Mudando-se com a madrinha, Hypolita perdeu o convívio de seus pais e de seu bisavô, passando a morar com a sua madrinha Dona Joana e a orfã Ana.

No século XIX era comum os moradores de Crato passarem temporadas no Exu e os moradores de Exu, passarem temporadas no Crato. Situados na divisa de dois estados, eles

³“ **Exú-** Villa- Séde do mun. do mesmo nome e da freg. Do Senhor Bom Jesus dos Afflictos do Exú. **Histórico-** Começou a povoar-se no principio do século XVIII, nas excursões que faziam os índios localizados allí, da tribu Ançu para a fazenda Torre, á marg. Do rio S. Frastada por proprietários bahianos.(...). **Vias de comunicação-** Sua comunicação directa é – com as villas de Ouricory, Granito e **cidade do Crato** no Ceará, por caminhos communs; **“o melhor meio de transporte é fazer a viagem em Cavallo”**. Fonte: GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco* Vol. I. Recife. 2ªed., CEPE, 2006.”

compõem um recorte espacial com semelhanças geográficas, cuja unidade é dada em parte pelo domínio de famílias proprietárias de terras e pelo modo como subordinam a justiça local. Assim, Hypolita cresceu no Exú e no Crato⁴, que na época ainda não possuía o estatuto de cidade.

A partir daqui começa o drama de nossa personagem. Ana Paula de Jesus, filha de Dona Joana Paula de Jesus, madrinha de Hypolita, casou-se com João Pereira de Carvalho, e ele escravizou Hypolita, com razões alegadas que conheceremos mais adiante. Em 1856, ela recorreu à justiça da cidade do Crato, tentando provar e reaver a sua liberdade e a de seus cinco filhos: Rafael, Gabriel, Maria, Daniel e Pedro. Não obtendo sucesso, tentou a justiça de Ouricuri Província de Pernambuco. O processo durou quase três anos ganhando repercussão nas páginas do jornal cearense *O Araripe*⁵. Por meio desse veículo de comunicação, acompanhamos, em grandes traços, sua vida, a de seus parentes e a de pessoas de seu convívio.

Aparentemente banal, o caso está atravessado por uma infinidade de condutas sociais, econômicas e políticas. Como tal, embora de pequena dimensão escalar, a história de Hypolita pode iluminar a compreensão da onipresença da escravidão, inclusive no mundo da liberdade. Sendo assim, propomo-nos a realizar aqui um trabalho que está inserido no campo da história social das mulheres escravas. Neste âmbito, procuraremos considerar em que espaços diferenciados ocorrem as tensões, conflitos, tramas familiares, lutas pela liberdade e alianças sociais em jurisdições como o Crato e Exú no século XIX.

A história de Hypolita é complexa e envolve muitos personagens atuando em povoados do Ceará e de Pernambuco. Sendo assim, nosso recorte será fluido, com vistas a atender às idas e vindas dos eventos e espaços. Contemplaremos o recorte construído pela própria história, e examinaremos os sinais da vida de Hypolita nos anos e os lugares que as fontes indicam.

Na tentativa de compreender os fragmentos da história de Hypolita, rastreamos cada uma dessas pistas, dos registros paroquiais aos cartoriais, cotejando-os com as informações jornalísticas. Os documentos paroquiais examinados estão localizados no acervo do Departamento Histórico e Diocesano Padre Antônio Gomes (DHDPG). Seguimos as pistas dessa escrava, almejando encontrá-la noutras fontes e em diferentes fases de sua vida. Para tanto, recorreremos ao jornal cratense *O Araripe*, publicado como semanário durante uma década (1855/65), cujo acervo encontra-se na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE). Nesse periódico, estão registradas as muitas versões da história de nossa

⁴ A cidade do Crato está situada na microrregião do Vale do Cariri. Foi em outubro de 1853, pela lei provincial nº. 628, que o Crato passou à categoria de cidade; até então, detinha o estatuto de vila desde o ano de 1764. Sua fundação está diretamente relacionada a um aldeamento de índios Kariris, ainda na primeira metade do século XVIII.

⁵ *Jornal O Araripe*, Crato. Do N° 26 de 01 de janeiro de 1856 ao N° 173 de 18 de dezembro de 1858. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

personagem, assim como dados sobre sua origem, luta pela liberdade, fuga, seus dois casamentos, etc.

No Brasil, desde a década de 1930, os anúncios de jornal têm sido trabalhados como fonte de pesquisa. Gilberto Freyre foi pioneiro nesses estudos. Em 1963, publicou o livro intitulado *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. De acordo com o autor:

com relação ao Brasil – à sua história íntima ao seu passado antropológico: um passado constantemente projetado sobre o presente e sobre o futuro -, os anúncios constituem a melhor matéria ainda virgem para o estudo e a interpretação desse período de certos aspectos do nosso século XIX. [...] Eles constituem os nossos primeiros clássicos. Principalmente os anúncios relativos a escravos – que são os mais francos, os mais cheios de vida, os mais ricos de expressão brasileira. (FREYRE, 2010, p.84)

Por trabalhar com fontes e métodos inexplorados, essa obra de Freyre não teve muita visibilidade no período da publicação de sua primeira versão.⁶ De acordo com Marcia Amantino, em *Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal”- 1825 a 1832*:

com as alterações sofridas no âmbito da historiografia, a obra de Freyre foi revisada e, apesar de vários questionamentos e discordâncias, foi resgatada e passou a ser percebida pela sua originalidade em termos de concepções metodológicas e de uso de fontes até então desprestigiadas. (AMANTINO, 2006, p. 60)

As pesquisas realizadas por Freyre nos jornais apontaram caminhos para outros trabalhos, são, sem dúvida, referências essenciais para um campo de estudos em constante aprimoramento. Durante três anos o jornal *O Araripe* cedeu espaço para a história de Hypolita, publicando correspondências de várias pessoas do Crato e do Exu envolvidas no caso, denúncia de seu cativo ilegal, a transcrição de parte do seu processo de liberdade, com a fala das testemunhas, ofícios, etc..

A fonte jornalística, contudo, não basta, por si só, ao historiador, ainda que haja tintas mais vívidas do enredo. É preciso procurar pistas da história de Hypolita nos inventários *post-mortem*, acervo do Centro de Documentação do Cariri (CDOC), localizado na Universidade Regional do Cariri na cidade de Crato/CE. As informações trazidas nesses documentos têm sido relevantes na reconstituição das histórias das mulheres escravas. Os inventários *post-mortem* já vêm sendo bastante utilizados na historiografia da escravidão; Sheila de Castro Faria, por exemplo, no livro *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*, analisou inventários *post-mortem* do Campo dos Goitacases, localizado na Capitania da Paraíba do Sul, século XVIII. De acordo com a historiadora:

⁶ Esse livro teve primeiro a forma de conferência, “O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império”, publicada em número de 1934 da revista *Lanterna Verde*.

causam espanto, atualmente, os inventários *post-mortem* anteriores a nosso século. A quantidade de coisas listadas abarcava quase todos os bens materiais dos indivíduos. Tudo era detalhado: uma jarra de vidro quebrada; um oratório muito pequeno com três imagens, muito velha [...] escravos; terras; instrumentos de trabalho; casas e mais uma infinidade de, diríamos hoje, quinquilharias, que permitem, felizmente, ter uma idéia bastante aproximada da realidade da vida material e cotidiana dos homens coloniais. [...] eram feitos para os que tiveram algo a deixar, e abertos pela família ou na falta desta, pelo juiz de órfãos, quando havia filhos menores [...]. (FARIA, 1998, p. 224-225)

Assim sendo, rastreamos Hypolita e seus filhos arrolados no inventário de Ana e João Pereira. Na partilha dos bens, é possível identificar o que foi herdado por cada membro da família, e se houve separação ou não da família escrava com a morte do proprietário ou de sua esposa; verificamos, inclusive, quanto valiam, em réis, no mercado de escravos, a nossa personagem e seus filhos.

Utilizaremos os vários subsídios existentes nesses documentos para realizar indagações com relação ao nosso objeto de estudo. Todavia, essas informações não se limitam à vida de Hypolita e de sua família, mas se referem à população do Crato e do Exu, de maneira geral, e aos personagens de outras localidades envolvidas no caso. No século XIX, as mulheres escravas, nesses espaços, não viveram isoladas, em seu cotidiano, elas se relacionavam com outras pessoas, outras escravas e escravos, também com mulheres e homens livres, brancos, pardos e negros. De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata*, o escravo “existiu como ‘presença ausente’, mas constante e pesada, no mundo de homens livres”. (FRANCO, 1997, p. 9) Nossa estratégia de trabalho não isola Hypolita, mulher escrava, mas abarca o trabalho com esses grupos sociais de livres e libertos, visando à melhor problematização e compreensão das diferenciações sociais existentes naquela sociedade.

Ao cruzarmos essas fontes, a história começa a ganhar algum sentido. No entanto, sabemos que não se encerra nos inventários *post-mortem* ou nas páginas do jornal. Ocorre que nossas fontes são demasiado limitadas e isso, em algum momento, impedir-nos-á de prosseguir rastreando essas pistas.

Ao explicitarmos as fontes e a metodologia que utilizaremos neste artigo gostaríamos de enunciar nossa opção pelo método indiciário. Inspiramo-nos naqueles resultados auspiciosos alcançados por Sidney Chalhoub em seu livro *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, de 1989. O autor interpreta o significado da liberdade para os cativos em processo de libertação, em análise detalhada das ações cívicas de liberdade, processos criminais e textos de jornais, efetuando um trabalho minucioso de rastreamento das histórias de seus personagens, aplicando sua técnica de cruzamento das fontes. O método indiciário identifica e

interpreta, privilegiando a análise intensa dos detalhes nas fontes, aparentemente, sem valor, mas essenciais na construção de sentido das ações e movimentos dos sujeitos. Esse método possibilita a interpretação das redes de significados sociais e do processo histórico.

O paradigma indiciário é uma das estratégias de trabalho de um grupo de historiadores que passaram a identificar o que chamaram de Micro-História. O surgimento da Micro-História tem relação direta com as obras de Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e outros historiadores que, na década de 1970, compartilhavam o projeto da revista *Microstorie*, coleção vinculada, posteriormente, à editora *Einaudi*.

Operando na redução escalar de seus objetos, esses historiadores precisaram criar táticas metodológicas para dar conta de dados extremamente fragmentários. Em *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, Carlo Ginzburg analisou as raízes do que ele denominou de paradigma indiciário. De acordo com o autor:

no final do século XIX – mais precisamente, na década de 1870-80 –, começou a se afirmar nas ciências humanas um paradigma indiciário baseado justamente na semiótica. Mas as suas raízes eram mais antigas. Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições ele aprendeu a reconstituir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco [...]. O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos. (GINZBURG, p. 151-152, 1990)

Esse historiador italiano identifica esse método no *métier* do detetive. O trabalho desse investigador policial também se assemelha ao do historiador, haja vista ambos trabalharem com indícios: o detetive persegue pequenas pistas para desvendar um crime. O historiador rastreia os sinais, as pistas, os rastros do movimento da história. Julgamos muito oportuna essa concepção metodológica, pois a pesquisa que realizamos exige redução extrema da escala de análise e conta com fontes muito fragmentadas. Devido a isso, daremos atenção especial aos detalhes, rastreamos os indícios capturados nas nossas fontes, a que objetivamos dar sentido, para interpretar fragmentos da história de Hypolita Maria das Dores. Por outro lado, nosso objeto de estudo está inserido em duas temáticas historiográficas: a história da escravidão e a história das mulheres. Assim sendo, articularemos essas temáticas historiográficas com nossas fontes e objeto.

Refletir sobre as mulheres escravas nos remete a um mundo de possibilidades. Afinal, era um mundo entrelaçado pelas tramas sociais, econômicas e, - por que não? -, das sensibilidades. Com base nisso, podemos ir além das grandes estruturas e, por exemplo, flagrarmos momentos em que aparecem seus amores e negociações de seus relacionamentos, fossem eles lícitos ou ilícitos. A documentação que examinamos permite-nos observar seus medos em momentos de separações de seus filhos, espreitar as fugas, os castigos, e as astúcias para evitar as punições ou

realizar suas vontades. Suas histórias são tecidas pelos sentimentos de lamentações e revoltas, por suas dores, prazeres, alegrias, tristezas, sofrimentos e pelas incertezas que compõem suas vidas.

Durante muito tempo, a mulher - objeto e sujeito da História - foi silenciada nas pesquisas históricas. Não raro, foi percebida como vítima, passiva, sem autonomia e, quando se trata da mulher escrava, essa situação se agrava. A partir da década de 1970, os debates a respeito da mulher ganharam amplitude com o feminismo e a discussão de gênero. Michelle Perrot, em trabalho sobre os excluídos da história, reflete a respeito dos poderes das mulheres e da contribuição do feminismo na legitimidade desses poderes. De acordo com a historiadora,

a pesquisa feminina recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de “cultura” e a existência dos seus poderes. (PERROT, 1988, p. 169-170)

Essa autora enfatiza que a afirmação dos poderes das mulheres na luta política do feminismo, induziu uma tendência de inversão na historiografia. A ascensão vitoriosa do matriarcado era uma delas. O tema outrora silenciado passou, portanto, a ganhar destaque nas pesquisas dos historiadores; essa inversão “corresponde sem dúvidas a uma fase de reavaliação eufórica da história das mulheres e, ao mesmo tempo, à descoberta do prazer do convívio feminino”. (PERROT, 1988, p. 172)

A discussão de gênero também contribuiu para pôr fim ao silêncio das mulheres nas pesquisas históricas. Ela emergiu com o feminismo, na década de 1970, teorizando o problema da diferença sexual. A historiografia passou a explorar novas temáticas, novas fontes, o que resultou em novas maneiras de escrever a história. Isso permitiu ao historiador perceber fontes ou métodos ainda não explorados, mas riquíssimos para a compreensão de muitos momentos históricos por elas vivenciados. Assim, o gênero ganha um novo vigor e refinamento em seus debates. Por exemplo: o binarismo que colocava a mulher em oposição ao homem, com um sentimento de revanche (característica marcante do feminismo), não é compatível com a discussão de gênero. Rachel Soihet, em um estudo sobre a história das mulheres, analisa a questão do gênero. De acordo com ela,

o gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’_ a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis aos homens e as mulheres. ‘O gênero’ sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado. (SOIHET, 1997, p. 279)

Nas últimas décadas, essas construções sociais indicadas pela autora vêm sendo evidenciadas no constante crescimento de estudos específicos, voltados para o papel social da mulher. O livro de Maria Odila Dias, intitulado *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*, está inserido nesse conjunto de trabalhos historiográficos que analisam sob novas perspectivas as histórias das mulheres. A partir de processos criminais, Maria Odila Dias reconstrói o cotidiano das mulheres pobres, livres ou escravas em São Paulo no Século XIX. No entanto, a historiadora não interpreta essas mulheres como simples vítimas dos homens ou da história, mas como construtoras de suas próprias histórias, uma vez que conquistaram sua sobrevivência e a de seus dependentes a partir de suas práticas de trabalho informal e das relações que estabeleciam com a vizinhança.

Na história de Hypolita, foram as relações que ela estabeleceu com as pessoas livres do Crato, Exu e de outras localidades que fizeram a diferença, potencializando sua luta pela liberdade. Como afirmou Sidney Chalhoub, na esfera do Direito os cativos não podiam fazer muita coisa sem o auxílio de um homem livre, pois não tinham direitos civis e logo estavam legalmente incapacitados de agir judicialmente sem a presença de um curador. (CHALHOUB, 1990, p. 108-109) A publicidade do caso de Hypolita possibilitou que pessoas livres testemunhassem a seu favor, que moradores do Crato e do Exu enviassem correspondências, publicadas no jornal sobre a sua história e que ela recebesse abrigo de pessoas livres, quando fugiu da casa de seu proprietário.

Em três de maio de 1856, no número 46 de *O Araripe*, Hypolita Maria das Dores foi mencionada pela primeira vez no Jornal. Na parte dedicada aos anúncios, os irmãos Luis Pereira de Alencar⁷ e Gualter Martiniano d' Alencar Araripe⁸ denunciaram a escravização ilegal de Hypolita. Eles foram os curadores de Hypolita, na ação de liberdade que ela moveu contra seu proprietário, João Pereira de Carvalho. Ele era primo legítimo, entretanto inimigo dos irmãos Luis Pereira de Alencar e Gualter Martiniano d' Alencar Araripe, a quem Hypolita solicitou auxílio.

⁷ Luis Pereira de Alencar Filho casou-se duas vezes. No primeiro casamento, com Maria Dorcelina da Cruz Neves, teve uma filha de nome Maria Dorcelina de Alencar. No segundo casamento, com Joaquina Agra de Alencar, teve mais oito filhos: Luis Pereira de Alencar Neto, Ana Carolina de Alencar, Josefa da Costa Agra, Martinho Pereira de Alencar, Gualter Martiniano de Alencar (esse Gualter é sobrinho do Gualter defensor da causa de Hypolita), Elvira Pereira de Alencar, Enedina Pereira de Alencar e Menelau Pereira de Alencar. Fonte: MOREIRA, José Roberto de Alencar. *Vida e Bravura: origens e genealogia da família Alencar*. Brasília, CERFA, 2005.

⁸ Gualter Martiniano de Alencar Araripe nasceu em 1822 na fazenda Caiçara, localizada no Exú (Pernambuco). Foi fazendeiro e político; eleito deputado provincial por Pernambuco diversas vezes, Coronel da Guarda Nacional, Juiz de Paz. Em 1888, recebeu o título de Barão do Exú. Casou-se duas vezes; primeiro com Jacinta Xavier de Carvalho e, na segunda, com Alexandrina Ferreira Leite, mas não deixou, de nenhum dos casamentos, descendentes legítimos. Gualter faleceu em 1889. Fonte: MOREIRA, José Roberto de Alencar. *Vida e Bravura: origens e genealogia da família Alencar*. Brasília, CERFA, 2005.

Segundo os irmãos Gualter e Luis Pereira, João Pereira de Carvalho⁹, com o maior “escândalo e astúcia”, teria reduzido Hypolita à condição de escrava, mesmo sendo ela filha de uma mulher liberta. Ao se crer na acusação, a veracidade dessa última informação fazia de Hypolita uma mulher livre e não uma mulher forra ou escrava. O que definia a condição jurídica do rebento era o ventre da mãe. O filho nascido de uma mulher escrava, pelo menos até a Lei do Ventre Livre, de 1871, era legalmente um escravo, e o filho nascido de uma mulher liberta ou livre era uma pessoa livre perante a lei; daí a convicção com que os irmãos Luís Pereira e Gualter defendiam a liberdade de Hypolita.

Segundo os relatos jornalísticos do jornal *O Araripe*, sensibilizados com a infeliz condição de escrava a que a mulata era submetida, Gualter e Luís Pereira mandaram buscar os documentos comprobatórios de sua liberdade em Margens do Rio São Francisco, lugar do nascimento de Hypolita. De acordo com os irmãos, no mesmo momento em que João Pereira de Carvalho tomou conhecimento da chegada desses documentos, mandou levar Hypolita para o Cariri.

Os irmãos afirmaram, ainda, terem ouvido dizer que João Pereira de Carvalho deu ordem para vendê-la para diferentes lugares. Provavelmente, eles falavam de uma ordem dada por João Pereira para vender Hypolita e seus filhos para pessoas de diferentes lugares. No entanto, sabendo disso, Hypolita foi até a casa de Luís Pereira e Gualter, no Exu, permanecendo lá à espera de que João Pereira apresentasse os “títulos” de sua posse e de seus filhos. Os irmãos contaram que, logo após a chegada de Hypolita em sua casa, João Pereira de Carvalho mandou Antonio Pereira de Carvalho¹⁰ levar os filhos dela para o Cariri. Voltando da viagem, o portador, Antonio Pereira de Carvalho, afirmou tê-los entregues para serem vendidos.

Os irmãos divulgaram a história no jornal *O Araripe*, prevenindo as autoridades (a darem consideração ao fato) e os particulares (a não fazerem negócios), no que se referia aos filhos de Hypolita¹¹. Esse foi um dos momentos de separação entre Hypolita e sua família. A separação de parentes era um dos maiores momentos de tensão para a família escrava. Essa é apenas uma das versões dos fatos. Não podemos afirmar se é verdadeira. Nosso interesse aqui não é alcançar a verdade nas falas dos sujeitos, mas, antes, problematizá-las e analisá-las considerando nosso objeto de estudo.

Esse é o primeiro de muitos números de *O Araripe* a mencionar sua história. Durante quase três anos, entre 1856 e 1858, a luta de Hypolita pela liberdade teve espaço nas páginas do Jornal.

⁹ João Pereira de Carvalho Filho casou-se com Anna Paula de Jezus. O nome de casada de Anna ficou Anna Paula de Carvalho. Eles tiveram seis filhos: Antônio Pereira de Carvalho, José Pereira de Carvalho, João Pereira de Carvalho Neto, Maria Pereira de Carvalho, Anna Pereira de Carvalho e Ignácia Pereira de Carvalho. Fonte: MOREIRA, José Roberto de Alencar. *Vida e Bravura: origens e genealogia da família Alencar*. Brasília, CERFA, 2005.

¹⁰ Antonio Pereira de Carvalho era um dos filhos de João Pereira de Carvalho Filho.

¹¹ Fonte: jornal *O Araripe*, Crato. 03- 05- 1856. N.º. 43. Pág. 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

No número referido acima, os irmãos Gualter e Luís Pereira colocaram-se na posição de defensores da causa de Hypolita. Essa é uma informação relevante de nossas fontes, que não está, entretanto, informando tudo.

É preciso não perder de vista a subjetividade envolvida na produção de cada documento. Essas fontes foram produzidas pelas pessoas que viveram no período em questão, pessoas providas de intencionalidades. Sendo assim, faz-se necessário questionar tudo o que está dito, ler silêncios, lacunas e entrelinhas, enfim, problematizar o documento. Sendo assim, formulamos a hipótese de que os interesses dos irmãos não estavam voltados apenas para a defesa da liberdade de Hypolita, mas também, ou principalmente, para atingir seu proprietário, o senhor João Pereira, inimigo declarado de Gualter e Luís Pereira.

Se recuarmos um pouco na data da primeira publicação, no *O Araripe*, que faz referência à Hypolita, no número 38, podemos observar indícios de rivalidade ou inimizade entre João Pereira de Carvalho e os irmãos Gualter e Luís Pereira. Em 29 de março de 1856, pouco mais de um mês antes da publicação do anúncio dos irmãos, acerca da escravização ilegal de Hypolita, João Pereira de Carvalho anunciara em uma publicação os nomes dos irmãos Gualter e Luís Pereira e declarara-os seus únicos inimigos, fazendo-lhes acusações. Dissera ele:

Ao publico, e com especialidade a meos fieis parentes e amigos. Amiaçado a ser victima immolada aos caprichos de meos injustos inimigos. os Srs Gualter Martiniano de Alencar, e Luis Pereira de Alencar: sou obrigado a fazer a presente declaração a qual tem por fim manifestar ao publico, que esses Srs procuram por todos os meios descartarem-se de mim, fiseram com que Luciano Pereira Lima vendesse um pedasso de terra de meo sitio a Luis Ferreira Dantas tendo pertencido a patrulha do facinora Moraes de Papacaça està hoje em luta com migo, como instrumento de meos inimigos, os quaes tem sabido procurar-me as intrigas mais perigosas, para ver se dellas tirão o grande partido de que um desalmado como Dantas, ou outro igual me roube a existencia, para levarem a realisação a pretensão que tem de as ficarem com parte de dito meo sitio: se pois ou infelimente for victima dos brutaeés desejos de meos inimigos, o publico fique certo qual o instrumento executor dos tenebrosos planos de meos públicos inimigos, os quaes são unicamente os Srs que a sima menciono. Sitio 22 de Março de 1856. João Pereira de Carvalho.¹²

O conteúdo e a data da publicação desse anúncio fornecem-nos sinais de uma rixa (provavelmente relacionada a conflitos familiares envolvendo disputas por terra), entre João Pereira de Carvalho e os irmãos Gualter e Luís Pereira, anterior à denúncia do cativo ilegal de Hypolita realizada no “Araripe”, pelos referidos irmãos. Nesse anúncio, João Pereira de Carvalho fez graves acusações aos irmãos, atribuindo-lhes a responsabilidade dos males que lhe viessem a

¹² Fonte: jornal *O Araripe*, Crato. 29- 03- 1856. N.º. 38. Pág. 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP). Obs.: todas as transcrições utilizadas neste artigo foram realizadas na íntegra, respeitando a ortografia do século XIX.

ocorrer. Trata-se de um intervalo curto de tempo entre esses dois anúncios. O número 38 trazia essas acusações de João Pereira de Carvalho aos irmãos, e o número 43, a denúncia feita pelos irmãos com relação à escravização ilegal de Hypolita. O jornal era publicado semanalmente, tratando-se então de um intervalo de cinco semanas. Esse intervalo poderia, ainda, ter sido menor: no número 43, na mesma página, acima do anúncio que tratava da escravização de Hypolita, o jornal publicou uma nota dos próprios redatores do jornal comunicando à população o motivo pelo qual o referido anúncio não fora publicado na semana anterior:

O annuncio, que abaixo publicamos nos foi entregue quando estávamos com o jornal passado compaginado, por isso não o publicamos, mas aquelles que se alimentam da mentira enredos e calunnias acharão nisso um motivo para fallarem de nossa conducta segundo nos informou o Sr Jucá, a quem agradecemos a defesa que nos fés¹³

Com essa informação, os redatores do jornal¹⁴ defendiam-se de supostos boatos. Afirmaram que já moravam há 25 anos no Crato, que eram bem conhecidos e fugiam de intrigas. Infelizmente não temos como conhecer os pormenores do que nos parece ser mais um foco de tensão em torno da história de Hypolita. Não obstante, a necessidade de uma defesa, por parte dos redatores do jornal, explicando aos leitores porque o artigo não fora publicado na semana anterior e os boatos em torno dessa questão são pistas de outras possíveis tensões envolvendo a história de Hypolita.

Mesmo o anúncio tendo sido publicado somente na semana seguinte, o intervalo entre as duas publicações referidas foi de pouco mais de um mês. Com base nisso, alguns questionamentos parecem-nos bastante plausíveis: quais foram as razões que levaram os irmãos a se empenharem tanto na luta pela liberdade de Hypolita? Fazer justiça por terem se sensibilizado com a sua escravização ilegal? (Esse é o argumento utilizado pelos irmãos). Vingarse ou atingir o proprietário de Hypolita por causa das acusações desfechadas por ele em anúncio anterior, já mencionado acima? Conflitos familiares anteriores? Disputas por terra? Interesses em utilizar a

¹³ Fonte: jornal *O Araripe*, Crato. 03- 05- 1856. N°. 43. Pág. 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

¹⁴ *O Araripe* foi fundado, redigido e publicado por João Brígido dos Santos. Em trabalho de dissertação sobre as representações liberais no *O Araripe*, Maria Daniele Alves discorre um pouco sobre a vida do fundador do jornal. De acordo com a autora, “João Brígido nasceu na Província do Rio de Janeiro e depois veio morar no Ceará, onde exerceu atividade de jornalista, de político, cronista e historiador. Este era participante e porta voz ativo do grupo liberal provincial e cratense, onde fundou e dirigiu *O Araripe*. Foi também um dos responsáveis pelos primeiros estudos e publicações a respeito da História do Ceará, que lhe rendeu livros como: *Apontamentos para a história do Cariri* – textos que eram publicados no *O Araripe* e posteriormente virara livro em 1888 – *Miscelânea histórica*, em 1889, *O Ceará – lado cômico*, em 1899 *1 Ceará – Homens e fatos*, em 1919”. (ALVES, 2010)

mão de obra de Hypolita na sua produção de queijo?¹⁵ Razões afetivas no que se refere à Hypolita? Ou outros motivos?

As trocas de acusações continuaram e outros nomes foram sendo citados, conferindo complexidade à história. Essas pessoas escreveram para o jornal defendendo-se, discorrendo sobre a situação de Hypolita e de seus filhos e proferindo novas acusações. Em certos momentos, a querela entre alguns dos grandes proprietários de Crato e de Exu tornou-se tão intensa que o foco em Hypolita parece-nos perder-se, o que nos conduz a realizar outros questionamentos: teria sido Hypolita apenas uma pequena peça de um grande conflito entre esses proprietários? Teria sido Hypolita uma grande estrategista, que buscou, conscientemente, o auxílio das pessoas certas em sua luta pela liberdade? Ou foi apenas um golpe de sorte?

Não vamos, aqui, divagar acerca da sorte de Hypolita. Entretanto, quanto ao primeiro questionamento, existem muitos sinais de que os irmãos Gualter e Luís Pereira lançaram, sim, mão de Hypolita como “arma de guerra para atacar o inimigo”. Esses sinais aparecem durante o período de quase três anos de publicações no Jornal, por meio das quais esses proprietários trocaram acusações entre si, fazendo uso da história de Hypolita como “pano de fundo”. Essa interpretação, pensada isoladamente, pode dar a entender que estamos colocando Hypolita em posição de passividade, o que não se confirma: os indícios também apontam para as estratégias de liberdade utilizadas por Hypolita.

Em *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, Sidney Chalhoub analisa várias histórias de escravos e, assim, revela suas estratégias para obter a liberdade. O autor reconstitui pequenas histórias, procurando compreender a atuação e o movimento dos indivíduos no processo de libertação. É a partir dessas que ele pensa em uma lógica maior, envolvendo as mudanças ocorridas nos últimos anos da escravidão. Com relação às estratégias utilizadas por Hypolita, ela soube fazer uso da querela existente entre seu proprietário e outros senhores, do Crato e do Exu, em favor de sua liberdade. Bem relacionada com pessoas livres, mais uma estratégia de liberdade, recebeu o apoio das pessoas certas: os irmãos já mencionados, o padre Ferreira Lima-Verde, do Crato, um vigário de Exu, o senhor José Modesto Pereira de Brito e seu pai, Francisco Pillé, que conseguiu o depoimento de vários moradores do povoado de margem do Rio São Francisco para testemunharem em seu favor na ação de liberdade.

Uma questão essencial para entender a história de Hypolita é pensar nas fronteiras entre a liberdade e a escravidão. Como foi possível uma mulher que nasceu livre tornar-se escrava? Sidney Chalhoub (1989), analisando a realidade na capital do Império, discute as cenas da cidade negra: a cidade torna-se um esconderijo; dificilmente se podem distinguir os negros livres dos

¹⁵ Acusação feita aos irmãos Gualter e Luís Pereira por um dos filhos de João Pereira, o senhor João Pereira de Carvalho Filho. Fonte: Crato *O Araripe*, no número 85, em 7 de março de 1857, pág. 03.

negros escravos. Essa realidade facilitava a fuga de escravos e possibilitava que esses escravos vivessem na cidade passando-se por pessoas livres. Isso também permitia que pessoas livres e forras fossem confundidas com escravos, chegando a serem escravizadas ou reescravizadas.

O argumento da cidade-esconderijo não se aplica à realidade do Crato e não explica a escravização ilegal de Hypolita. O Crato nem era uma grande urbe, nem tinha uma vida urbana intensa. De acordo com informações obtidas no Mapa Estatístico da Província do Ceará, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, em meados do século XIX, o Crato contava com uma população de 19.575 habitantes; desses, 18.184 eram livres. Nesse período, havia no Crato 665 mulheres escravas e 726 escravos do sexo masculino, somando um total de 1.391 escravos. (BRASIL, 1997, p. 297) Assim sendo, não podemos comparar a população do Rio de Janeiro à existente no Crato. Com essa pequena população, a última não poderia ser uma cidade-esconderijo, haja vista o tamanho reduzido da cidade possibilitar que os moradores se conhecessem. Com base nisso, a indagação se mantém: em uma cidade em que as pessoas se conhecem, como foi possível escravizar uma pessoa livre? Outros questionamentos fazem-se necessários: no cotidiano da cidade, o que significava ser escravo no Crato no século XIX? E o que significava ser livre e pobre? Existia algum tipo de ambiguidade nessas relações?

A identificação dos filhos, genros, agregados, de maneira geral, descritos nos inventários, na condição de herdeiros, pode revelar a quantidade aproximada dos braços que realizavam o trabalho nas famílias do Crato. A pesquisa desenvolvida por Cortez, nos inventários *post-mortem* do Cariri, identificou o número de propriedades que possuíam escravos e a mediana de escravos por propriedade revelando a predominância dos pequenos plantéis. Demonstrou que 40% das propriedades possuíam de um a cinco escravos, revelando ainda que poucas pessoas do Cariri, nesse período, podiam ser reconhecidas como muito abonadas. Sem dúvida, João Pereira de Carvalho, proprietário de Hypolita era uma dessas pessoas. Analisamos seu inventário. Nele, foram descritos os títulos: ouro, cobre, prata, ferro; utensílios em geral; 595 bois, incluindo, nesse número, bois mansos, vacas paridas, garrotes, novilhas, etc.; 30 cavalos, entre esses, éguas e cavalos de várias raças; 300 ovelhas, 30 cabras; dívidas ativas somadas no valor de 33:888\$880 réis. Desse valor, 70\$000 mil réis se refere à quantia recebida pelo Doutor Ratisbona do genro de João Pereira, João Evangelista, acerca de um acordo que fizeram sobre a questão de Hypolita, e 102\$000 mil réis referem-se à dívida com o advogado, o senhor Simplício Luiz da Rocha, que defendeu os interesses de João Pereira no processo de liberdade dessa escrava.

Vários bens são arrolados para o pagamento das dívidas de João Pereira de Carvalho. O total das dívidas passivas somava 36:073\$405 réis. Também foram descritos 25 escravos em seu inventário: Miguel, Joze, Manoel, Joze Francisco, Raimundo, Izaú, “um escravinho filho da

escrava Luiza”, “dois escravinhos”, “dois escravos filhos da escrava Izabel”, Thereza, Constancia, “um escravinho filho da escrava Thereza”, Luiza, Izabel, Luzia, Mariana, Suzana, Hypolita e cinco filhos seus (Gabriel, Rafael, Daniel, Pedro e Maria).

Através dos bens inventariados é possível sabermos sobre o patrimônio familiar, sobre os escravos, às vezes, as atividades realizadas pelos escravos, a quantidade de animais, de terras; as ferramentas de trabalho. Tudo isso ajuda a refletir sobre o espaço do trabalho na cidade. A grande quantidade de plantéis com um a cinco escravos é um forte indício de que parte dos proprietários de escravos do Crato também contavam com a mão de obra de trabalhadores livres e forros e/ou a sua própria mão de obra e a de sua família. Partindo dessa premissa, trabalhamos com a hipótese de que, no Crato, escravos e livres exerceram muitas vezes a mesma função, trabalhando lado a lado, nas plantações, nos engenhos, etc. Essas relações entre livres e escravos são marcadas por tensões sociais. No jornal *O Araripe*, percebemos indícios dessas tensões e disputas. Em agosto de 1856, foi publicado nesse jornal o desagrado de um morador do Crato:

Povo! Vossos legisladores tirão nas villas e cidades o trabalho de vossas mãos e do vosso corpo para entregá-lo aos escravos dos ricos e poderosos, que assim roubão, e as vezes com que devieis cobrir vosso corpo, e dos vossos filhos que gritam com fome.¹⁶

Essa passagem inspira duas observações: a primeira está relacionada com o desemprego de pessoas livres pobres na cidade, realidade que contribuía para que as pessoas livres pobres se submetessem às mesmas atividades desempenhadas pelos escravos, mesmo os serviços mais pesados e degradantes; a segunda indica tensões cotidianas entre livres e escravos – o apelo e o sentimento de desagrado de um homem livre pobre, que disputa o trabalho para o sustento da família com a mão de obra escrava, é publicado nas páginas de *O Araripe*, revelando-nos conflitos cotidianos entre escravos e livres. Ana Sara Parente Cortez, em dissertação sobre a família escrava no Crato na segunda metade do século XIX, analisa o mundo do trabalho dos escravos e livres pobres. De acordo com ela, não havia uma rígida divisão social do trabalho, “tanto uma categoria como outra realizavam quaisquer ocupações, ou seja, partilhavam o mundo do trabalho.” (CORTEZ, 2008, p. 81)

Esse mundo do trabalho partilhado, escravos e livres trabalhando nas mesmas atividades e recebendo tratamento semelhante ou equivalente, criava um contexto propício para as ambiguidades. No número 44, de 10 de maio de 1856, na semana seguinte do primeiro anúncio publicado no *Araripe* denunciando a escravização ilegal de Hypolita, João Pereira de Carvalho

¹⁶ Fonte: jornal *O Araripe*, Crato. 16- 08- 1856. N.º. 57. Pág. 1. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

defendeu-se das acusações, negando ser Hypolita uma mulher livre e replicando com novas acusações aos irmãos:

Mui compadecidos estão hoje os Srs. Annunciantes pelo jugo da escravidão, como disem no seo manifesto; e porque não se compadeceram d'aquellas tres miseras filhas de Antonio Felipe morador na Carnahiba do Exú, que o Sr Gualter suffocou ahi uma noite na qualidade de juiz de e as foi entregar jungidas a Antonio Pedro d' Alcantara, ahi nesse mesmo Crato, para ganhar a redicula quantia de 2004\$ reis, [...] Porque não se teem compadecido da pobre Luiza que seo cunhado Cornelio ainda mesmo depois de ter sabido, que não era cativa, a quis dar em dote a huma das suas filhas, e a subjuga como escrava? [...] porque não se compadeceram da infelis Maria Cotèa, que ela no Exú surraram um anno destes; da inofensiva Jozefa do Theodosio, que levarão a bolos de mãos sobre huma mesa; de Rimunda de tal, a quem depois de cortarem o cabelo, e surrarem sem piedade, infrigirão hum castigo sò usado nos tempos bárbaros isto é, quebrado-lhe dente por dentes; de Delfina de tal, e de Theresa Murixaha, que quase exuira a golpe de chicote; [...] porque se não compadecerão dos miseráveis Gonçalo Boquinha, e Antonio Francisco, e Antonio Bernardo, e do pardo Bonifacio, que ali foram açoutados e espancados; [...] do filho do velho Geraldo torto que pagou com a vida hum bode e hum peru, que a miseria o fes comer; [...] e em fim de huma infinidade de outras victmas da oligarchia do Exú [...].¹⁷

Essas são algumas das muitas acusações feitas por João Pereira aos irmãos Gualter e Luís Pereira. Um universo de tensão, violência e ambiguidade é desvelado nas páginas de *O Araripe*. As cenas de violência contra escravos e livres pobres, descritas por João Pereira, são indícios de um cotidiano, se não semelhante, pouco diferente entre livres pobres e escravos: os primeiros, vivendo na miséria, sendo espancados e escravizados; os últimos, recebendo castigos excessivos.

Em uma das acusações, João Pereira perguntou por que o senhor Gualter não se compadecia de Luiza, pessoa livre, que Cornélio, cunhado de Gualter, escravizou, tentando, ainda, entregá-la como dote para uma de suas filhas. Cacilda Machado (2008), no livro *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*, realiza um estudo demográfico, econômico e social sobre a freguesia de São José dos Pinhais no início do século XIX. Ela reconstitui trajetórias domiciliares cruzando listas nominativas com registros paroquiais e analisa os cálculos senhoriais que incluía a doação de escravos como dote para as filhas. De acordo com a autora,

a transferência de cativos, por escravistas, para as casas dos filhos expressa um cálculo senhorial que pode ter sido recorrente na lógica das partilhas. [...] Há, pois, nesses casos, a confirmação da prática de transferir escravos, ainda crianças ou jovens, para seus descendentes (como dote, certamente), a fim de ajudar a constituir novos plantéis, e também uma certa preocupação em

¹⁷ Fonte: jornal *O Araripe*, Crato. 10- 05- 1856. N° 44. Págs. 3 e 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

privilegiar a filha solteira, por ocasião da partilha dos escravos a serem herdados. (MACHADO, 2008, p.103)

Essa prática de doar escravos, ainda crianças ou jovens, para os filhos e filhas foi comum para escravistas, donos de pequenos plantéis, garantia a possibilidade de os filhos construírem algum patrimônio, nos casos em que os pais não possuíam uma herança considerável para deixá-lhes. Nesse momento, mais importante do que analisar a prática da doação de escravos como dote é refletir sobre a acusação feita quanto à tentativa de doar Luiza, uma mulher livre, como dote para a filha de Cornélio, cunhado de Gualter. Não analisaremos a história de Luiza, mas esse fato fortalece a nossa hipótese de uma estreita diferenciação social entre escravos e livres pobres e da existência de relações ambíguas no Crato; além disso, ajuda-nos a compreender o contexto da realidade dessa cidade que possibilitou a escravização de Hypolita, posto que ela era uma pessoa, legalmente, livre.

O Araripe, em seu número 146, de 5 de junho de 1858, dedicou-se exclusivamente ao caso de Hypolita: foram quatro páginas do jornal tratando de sua história, das quais, mais de três páginas com as palavras de Hypolita ao público do jornal, ou de alguém fazendo uso de seu nome. O jornal traz Hypolita como autora. O restante do número são transcrições de ofícios pertencentes ao seu processo de liberdade. Nesse número a narradora, Hypolita, apresenta pouco de sua história:

Dous annos fasem que livreime das garras de um tiranno que me aviltava e opprimia: dous annos fasem, que soffro injustiças de algumas authoridades locais. Esperava pelo triumpho de minha causa, para com a expressão de riso, instuir o publico das atrocidades, porque me fes passar o homem mais desalmado que existe sobre a terra: mudei de pensamento, porque meos males continuão, por causa dos escrupulos de um juis, embora tenha em socorro de minha causa a inergia, e philantropia, de dous magistrados que se manifestão contra as injustiças de que tenho sido victima. Sou pois obrigada pela força de circumstancias a faser por óra um pequeno exboço de meos soffrimentos, para o publico imparcial aquilatar a perversidade de um homem mau [...]. De (ilegível) Rodrigues de (ilegível) Tive tres filhos deste homem imbuido nos esterros de minha (ilegível) conhecida do roubo feito á minha liberdade, acreditou ter chegado a epocha em que a justiça já podia mais de que um potentado da (ilegível) Mentira. Por conselho seu sahi da casa de João Pereira e fui no Crato valer me do Sr. Dr. José Fernandes Vieira, que exercia os lugares de juis municipal, e delegado de policia do termo; contei lhe as ocorrencias de minha vida, meos soffrimentos, os soffrimentos de umã infelis mãi, e roguei lhe que pelo amor de Deus, contivesse a mão (ilegível) que roubou minha liberdade: meu pranto, minhas justas queixas, não farão ouvidas, e esse homem injusto teve a seinica coragem de diser me – Vã para casa de seo Senhor – A justiça inda era respeitadora da prepotência e fortuna de João Pereira de Carvalho, e não se movia aos brados de innocencia opprimida! Frustrada esta tentativa, da qual resultarão me graves, males, assuntei em procurar a homens que inspirassem confiança, e que não despresassem a uma infelis, (ilegível) de

João Pereira de Carvalho: de acordo com Galdino, pude em Abril de 1856, (ilegível) me do puder desse tiranno oppressor indo ter ao Exú onde procurei a proteção dos Srs Gualter Martiniano de Alencar Araripe, e de seu mano Luiz Pereira de Alencar.¹⁸

A longa citação é necessária, pois, nela, encontramos vários elementos do que pode ter sido um pouco da vida e dos dramas de nossa personagem. Hypolita inicia o texto dizendo que faz dois anos que se livrou das garras de um tirano. João Pereira de Carvalho, seu proprietário, é o homem que ela chama de tirano e, mais adiante, de homem mau, desalmado, opressor, etc. No período dessa publicação, o juiz ainda não tinha julgado o seu processo. Segundo ela, as autoridades do Crato, juiz municipal e delegado de polícia do termo, não ouviram suas queixas, realizadas em 1856, por serem respeitadores da prepotência e da fortuna de João Pereira. Hypolita acrescenta que essa tentativa foi frustrada e resultou em graves males para ela.

Não podemos afirmar quais foram os males sofridos por Hypolita e se ela foi castigada depois de procurar os representantes da lei no Crato, mas podemos afirmar que a luta pela liberdade, na justiça, trazia tensões para os escravos: aqueles que perdiam a ação e voltavam para o cativo do proprietário viviam sob o medo de serem punidos com violência. De acordo com Hypolita, nessa sua primeira tentativa de reconquistar a liberdade, não recebeu atenção das autoridades locais. A posição do juiz municipal do Crato, à época o senhor José Fernandes Vieira, foi ordenar que ela voltasse para a casa de seu proprietário. A falta de apoio das autoridades do Crato teria sido o motivo de sua fuga e busca pela ajuda dos irmãos Gualter e Luiz Pereira, no Exu, onde recorreu, também, aos representantes da lei.

Hypolita fugiu em 13 de abril de 1856. Sua fuga foi noticiada no *O Araripe* em dois momentos distintos. O primeiro foi em Maio de 1856, pouco tempo depois de sua fuga e foi nomeada por João Pereira de roubo de escrava. Retornaremos a esse anúncio posteriormente. O segundo anúncio de sua fuga foi publicado no número 155 de 07 de Julho de 1858. Trazia poucas informações sobre Hypolita e sua fuga:

Dis o capm João Pereira de Carvalho, morador neste termo, por seo bastante procurador abaixo assignado, que no dia 13 do corrente, desta cidade e da companhia de seo filho João Pereira de Carvalho Junior, lhe fugio uma sua escrava mulata de nome Hypolita, de idade de 26 a 30 annos – que a possui por herança de sua sogra a mais de 16 annos – e como a sua noticia chega que dita escrava fugira por seduções de seus inimigos a pretexto de ser liberta, e que se acha em casa do major gualter Martiniano de Alencar Araripe, um dos seus inimigos que por vingança o quer incommodar, por isso tendo o supplicante em seo favor o direito de ser conservado na posse de sua escrava até que ella,

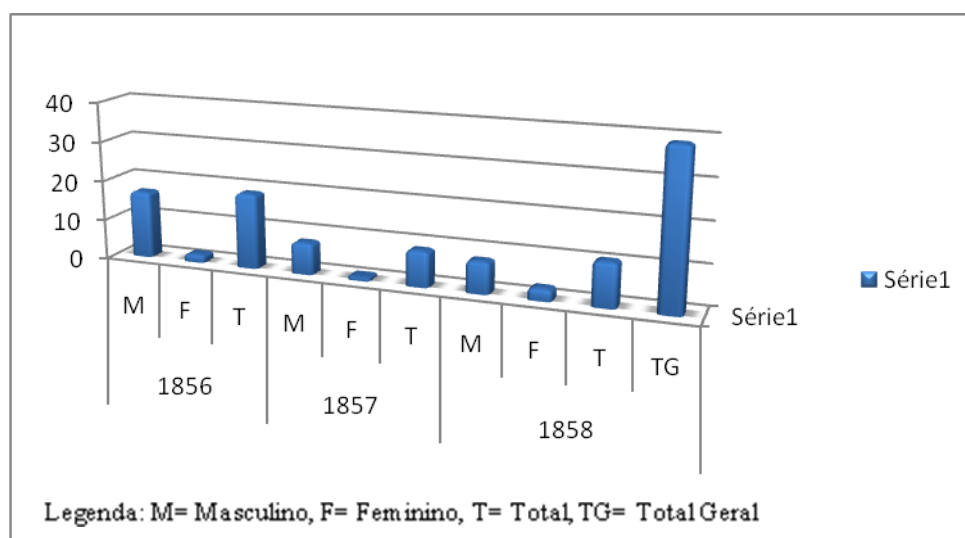
¹⁸ Fonte: jornal cratense *O Araripe*, de 05- 06- 1858. N.º. 146. Pág.1. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

ou seos protetores mostrem sua liberdade por a competente acção requer a V.S. se sirva mandar passar carta precatoria derijida ao juiso municipal da Villa do Ouricury provincia de Pernambuco, ou a outro qualquer juiso, delegacia ou subdelegacia em cujo dstricto estiver ou achada for a sobredita escrava para que seja – presa e entregue ao supplicante ou a um de seos procuradores – que authorisados com a procuração apparecerem a receb-l-a; portanto pede a V.Sª seja servido mandar passar a precatoria requerida com todas as formalidades da lei, e receberá justiça. O procurador bastante José Pereira de Carvalho. Despacho. – Passe Crato 17 de abril de 1856. Fernandes vieira.¹⁹

Nos seus dez anos de atividades jornalísticas, *O Araripe* foi um grande promotor da reescravização de escravos fugidos. Entre os seus serviços de reclames, está a publicação de anúncios das fugas de escravos. Analisamos tais anúncios no *O Araripe*, começando de 1856 (ano da fuga e início de sua ação de liberdade), até 1858, ano do julgamento da primeira instância de seu processo de liberdade e do desaparecimento de sua história no *O Araripe*. O gráfico abaixo foi construído com base nos anúncios de fugas publicados no *O Araripe* entre 1856 a 1858.

Gráfico 01:

Fugas de escravos anunciadas no Jornal *O Araripe* da cidade do Crato (1856 a 1858)



Fonte: jornal *O Araripe*, Crato. Do N° 26 de 01 de janeiro de 1856 ao N° 173 de 18 de dezembro de 1858. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

Dos 39 anúncios de fugas apresentados no gráfico acima, 33 eram homens e apenas 06 eram referentes as fugas femininas. Esses anúncios tinham o objetivo de denunciar para toda população o sumiço do escravo facilitando a captura. Como formas de identificação dos

¹⁹Fonte: jornal *O Araripe*, Crato. 07- 08- 1858. N°. 155. Pág. 03. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

fugitivos, costumava-se publicar nos reclames muitas informações sobre os escravos fugidos: sexo, idade, cor, cicatrizes, achaques, amputações, situação dos dentes. Informavam também as habilidades e vícios, se fugiram acompanhados ou não, e quais os objetos que levavam consigo.

Em *O Araripe* o anúncio da fuga de Hypolita, mostrado acima, se diferencia dos demais anúncios de escravos, razão pela qual seu anúncio não foi contabilizado no gráfico acima. Não foi publicado na sessão dedicada aos anúncios, mas numa sessão aperiódica dedicada exclusivamente à história de Hypolita chamada de “Documentos de Hypolita Maria das Dores”. Ele informava ainda sobre a sua possível idade, ela teria entre 26 e 30 anos e teria fugido da companhia de João Pereira Junior, filho de João Pereira. O anúncio da fuga de Hypolita apresentou a causa da fuga “as seduções de seus inimigos”. Informar sobre a causa da fuga não era comum nos anúncios.

Não obstante essas diferenciações, uma das mais relevantes era o objetivo do anúncio. Como já foi mencionado, a *priori* os objetivos dos anúncios de fugas eram identificar a localização e facilitar a captura do escravo. Não foi o caso de Hypolita. No anúncio de sua fuga João Pereira divulga a sua localização, estava abrigada na “casa de Gualter Martiniano de Alencar Araripe”. Se os objetivos de João Pereira em anunciar a fuga de Hypolita não eram somente localizar e facilitar a sua captura, quais eram? Convencer os leitores que Hypolita era sua escrava? Conquistar adeptos à sua causa de legitimação servil de Hypolita? Deixar o major Gualter numa situação difícil, diante dos leitores de *O Araripe*?

Acreditamos que todas as questões sugeridas interessam diretamente a João Pereira que registra a fuga de Hypolita e denuncia os desafetos que estavam por trás da fuga. João Pereira menciona no primeiro anúncio de sua fuga, aquele de Maio de 1856, citado acima, que tratava-se de um roubo. Sua escrava teria sido roubada. Nesse caso, o anúncio poderia adequar-se melhor nos anúncios de raptos de escravos.

Nesse período analisado, de 1856 a 1858, só apareceram dois casos de raptos de escravos, o de Hypolita e o de um escravo chamado Damião, que tinha entre quatorze e quinze anos, e era propriedade de Joaquim José Leite. Segundo este último, seu sogro, o reverendo José Joaquim de Oliveira Bastos teria, 11 anos atrás, entregado o jovem como dote por ocasião de seu casamento com a filha do padre²⁰.

Uma fuga fracassada podia significar um momento de muita tensão para o escravo fugido. A fúria do proprietário, com a perda do patrimônio, somada à captura de seu escravo, poderia render cenas de muita violência contra o cativo. Fugir não significava apenas lutar pela liberdade, mas também arriscar-se a ser severamente punido. No caso de Hypolita, a tensão era ainda maior, pois, mesmo que a fuga fosse bem sucedida, seus filhos continuavam na posse de João

²⁰ Fonte: jornal *O Araripe*, Crato. 06- 02- 1858. N.º. 129. Pág. 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

Pereira e ela tinha consciência de que eles poderiam ser castigados para vingar a sua fuga ou para pressioná-la a se render e retornar à casa de seu proprietário. Para refletirmos sobre as fugas e os castigos recebidos pelos escravos, tomemos o trabalho de Silvia Hunold Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750 – 1808*. Ali ela analisa os procedimentos nos casos de captura de escravos fugidos e as despesas das fugas para os senhores. De acordo com a autora,

quando preso o escravo fugitivo podia ser diretamente entregue ao senhor ou, no caso de este não ser conhecido, lavrava-se um Termo de Apreensão na Provedoria dos Defuntos e Ausentes, e o escravo era encaminhado à cadeia da vila, sob guarda do Carcereiro. (...) A recuperação de um escravo fugitivo sempre gerava custos para o senhor: o pagamento dos Capitães-do-Mato, custos de carceragem, dos Autos de Justificação de posse além, é claro, da perda do trabalho que deixara de ser executado. (LARA, 1988, p.152-154)

A historiadora discute ainda sobre o controle social no escravismo, as tipologias de castigos e o ato de castigar. A fuga do escravo era considerada socialmente um dos motivos justos para o castigo.

ainda que castigar seus escravos fosse um ato reconhecido social e legalmente, era também um ato que colocava alguns problemas: não devia ser executado sem motivos justos e era eminentemente corretivo. O castigo reconhecido socialmente era, pois, um castigo justo e corretivo. (LARA, 1988, p.59)

A historiadora questiona ainda se as punições eram realmente medidas e regradas e discorre sobre diversos instrumentos utilizados nos castigos dos escravos, a saber, correntes de ferro, gargalheiras, máscaras de folha de flandres, chicotes, ferros quentes, troncos de madeira, etc. Neste sentido, Hypolita corria o risco real de passar por este infortúnio. O anúncio de fuga abaixo transcrito demonstra essas práticas punitivas em vigor no Exu:

Fugio do poder de seo senhor no Exú a molata Brigida idade de 18 annos baixa e cheia do corpo, cabellos annilados porem cortados peilos grandes peis e mãos pequenas e ---, sem cicatriz de açoites. Esta escrava é casada porem sem filhos; desapareceo desde a noite do dia 5 para o dia 6 do corrente estando a ferros por ter já feita diversas tentativas de fuga. Quem q pegar e levar a seo sr. Gualther Martiniano de Alencar Araripe ja nesta cidade ao sr. Antonio Raymundo Brigido dos Santos, será bem recompensado.²¹

Uma escrava que pertencia a Gualter Martiniano de Alencar, o curador e “protetor” de Hypolita. Justo ele, o protetor de Hypolita. Ela não tinha marcas de açoites, contudo “estava a ferros”. Faz-se necessário esclarecer uma questão: no período analisado, 1856 a 1858, Brigida foi

²¹ Fonte: jornal cratense *O Araripe*, de 14- 08- 1858. N°. 154. Pág. 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

a única escrava que identificamos nos anúncios de fugas a utilizar ferros. Não foi possível identificar precisamente o instrumento de ferro utilizado por Gualter para castigá-la e evitar novas tentativas de fugas. Poderia ter sido a gargalheira feita de ferro, correntes de ferro ou outros.

Gualter não era um abolicionista, possuía escravos e podia, exemplá-los como fez à Brígida, a ferro, o que não era uma prática comum nos anúncios de fugas por nós pesquisados. Assim, qual foi a razão, ou quais foram as razões que impulsionaram Gualter a se empenhar de tal maneira na luta pela liberdade de Hypolita? Não estamos tratando de mundo fechado, habitado por somente duas espécies de seres: homens bons e homens maus. Estamos tratando de um mundo cheio de contradições e ambiguidades, regido por valores diversos. Como afirmou Silvia Lara, “assim como o castigo justo e medido assegurava a submissão escrava, as palavras amorosas e o haver-se primeiro como pai tentavam fazer com que a submissão se perpetuasse, dissolvida pelos sentimentos.” (LARA, 1988, p. 117) A autora concluiu que “todas essas noções de moderação, governo econômico, justiça, cuidados e mercês são definidas nas relações cotidianas de luta e acomodação entre senhores e escravos, na dinâmica das alianças e tensões entre eles e outras instâncias sociais.” (LARA, 1988, p. 355)

Retornemos ao primeiro anúncio da fuga ou roubo de Hypolita. No número 44, de 10 de Maio de 1856, João Pereira acusa os irmãos, Gualter e Luis Pereira, acima mencionados e o Padre Joaquim Ferreira Lima Verde de roubarem sua escrava:

Hum verdadeiro philanthrópo protege com a lei, mas não rouba escravos da cosinha de seo senhor, como me roubarão os Srs. Annunciantes de mãos dadas com mais alguém a minha escrava que mandei por nessa cidade supondo, que evitava as repetidas tentativas , que aqui soffri [...]. E toda via ainda há, que elles, hum ente mais perverso, mais rancoroso, que lhes, tem dado as mãos para me flagellarem, e me levarem também ao desespero, como se apraz de publicar. Este ente he o muito reverendo Sr. Joaquim Ferreira Lima-verde, que desgostoso de mim por motivos, que m’ envergonho de publicar, foi o machinador desse roubo de minha escrava, que elles chamaõ fuga, e pela qual espero que ainda amarguem..²²

No número 52, de 12 de julho de 1856, o Padre Joaquim Ferreira Lima Verde defendeu-se da acusação de planejar a fuga de Hypolita.

Outro paradoxo do Sr. C é atribuir-me parte na fuga e questão da mulata Hypolita, o que se assim fosse desnecessário seria essa fugida, a acção seria na justiça do Crato por cuja equidade, ou ficaria salva a reputação do Sr. C, ou a innocencia deixaria de ser opprimida. [...] Perverso é quem na estrada do Exu a

²² Fonte: jornal cratense *O Araripe*, de 10- 05- 1856. N° 44. Págs. 03 e 04. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

descer no Brejo-grande, bota Manoel da Cunha, e o negro Jozé, e na que desce em santa Roza, a Manoel pé de ponta, para matarem Galdino se viesse atrás dos filhos de Hypolita.²³

O padre acusa João Pereira de mandar matar Galdino, caso ele tentasse resgatar os filhos de Hypolita. Não podemos confirmar a veracidade do conteúdo dessa e de outras acusações feitas pelas pessoas envolvidas na questão dessa escrava. Não obstante, esses são indícios de que o proprietário de Hypolita era um homem violento.

Galdino de Tal morava no Exu e foi o segundo marido de Hypolita, seu primeiro marido já havia falecido. Não conseguimos identificar se Hypolita e Galdino já viviam em concubinato em 1856, quando foi publicada a acusação acima, mas o casal ainda não tinha oficializado a união na Igreja Católica. Nesse período, Hypolita vivia em depósito, sob a guarda de seus curadores.

No número 133, de 6 de março de 1858, foi publicado, no *O Araripe*, uma nota do vigário de Exu, o senhor José Modesto Pereira de Brito, afirmando que o casamento teria sido “obstado” em decorrência de uma carta enviada por João Pereira em 30 de Maio de 1857, afirmando que Hypolita era sua escrava e que ele não consentia o casamento. A carta teria sido enviada durante os preparativos católicos usuais, ou seja, enquanto corriam-se os banhos. O padre afirmou que Hypolita apresentou documentos comprobatórios de sua liberdade e, vivendo em concubinato, teria necessidade de se casar. O padre estipulou um prazo, para João Pereira comprovar a posse da viúva Hypolita, não o fazendo, o casamento deveria ser concretizado, como mostra a passagem abaixo:

(...) Agora pois que Hipolita me apresenta documentos comprovativos de sua liberdade, e dos quaes se vê claramente que sempre fora livre d’esde o seu nascimento, tendo necessidade de casar se, para sahir do miserável estado de concubnato publico, em que tem vivido até o presente, não convendo a Igreja sinão a conversão e salvação, dos seus Filhos, e que por isso jamais consent que elles desgarrem se impunimente do caminho, que lhe he prescripto, estando Ella resolvida a reparar sua infancia, recebendo se em Matrimonio a face dos Altares: he do rigoroso dever de V. S. provar o quanto disse para que se julgue valioso o seu impedimento, e isto até a Paschoa vindôra, o mais tardar; certo de que, não provando o captiveiro desta viúva dentro desse corrente tempo, ou tornando-se V. S. mudo e indifferente a esta minha justa e legal exigencia, tem de effectuar se o casamento; porque devo considerar o impedimeto como não justo, isto he como ficticio, ou malicioso: e isto lhe communico para sua intelligencia. Deos Guarde a V. S. muitos annos – Poço d’ante em 20 de Fevereiro de 1858. Illm. Senr’. Capm, João Pereira de Cavalho. José Modesto pereira de Brito, Vigario do Exú.²⁴

²³ Fonte: jornal cratense *O Araripe*, de 12- 07- 1856. N° 52. Págs. 3 e 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

²⁴ Fonte: jornal cratense *O Araripe*, de 06- 03- 1858. N°. 133. Pág. 2. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

O fato é que no número 156, de 14 de agosto de 1858, foi publicada a notícia do segundo casamento de Hypolita:

[...] o respeitável vesitador da Comarca da Boa vista de Pernambuco, depois de um processo regular julga sem fundamento o empedimento, que (ilegível) Pereira de Carvalho oppôz ao casamento de Hypolita Maria das Dores, e considerando a mulher livre, a Manda casar. Este casamento acaba de effectuar se no Exu.²⁵

O seu primeiro casamento foi realizado no Crato e também não ocorreu com tranquilidade. Dessa vez, a oposição à realização do sacramento foi da própria Hypolita e de sua madrinha, Joana Paula de Jesus. Segundo Hypolita, João Pereira obrigou-a a casar com um escravo seu. No número 146, de 5 de junho de 1858, de *O Araripe*, ela conta um pouco das tramas de João Pereira para conseguir escravizá-la:

Um de seos calculos, foi querer casar-me contra minha vontade, e da de minha madrinha, com um seu escravo, o que pôde realizar, embora minha madrinha se exforçasse contra seu procedimento, seos rogos, e lagrimas não forão bastantes para o desviar dessa perversidade. Eu fui coagida a ir ao Crato, e sendo arrastada ante um sacerdote para me casar contra vontade, posto estivesse aterrada pelas innumeradas amiaças que se me fasia, para annuir ao casamento, eu conservei-me calada, porque meu coração repugnava o casamento, e meu espirito se achava opprimido pela violencia que se fasia. Meus silencio foi fatal, o Padre tirou delle uma illação horrivel – quem cala consente – intreguei a mão, e o fatal casamento foi ultimado. Concluindo o acto, João Pereira de Carvalho, revelou seos planos, immediatamente disendo em altas voses, estas tremendas palavras – saiba Deus e todo mundo que, Hypolita d’hoje em diante é minha escrava – [...]. Fui até obrigada a ser carreira, e faser outros muitos serviços além de minhas forças. A vida a que estava condemnada, levou me infelismente ao estado de prostituição, porque nunca fis vida com o marido que me impozerão. Tive deversos filhos, e estes infelises erão lançados nos assentos dos baptisamentos como escravos.²⁶

Esse casamento consistiu em uma união entre dois escravos de João Pereira. No *O Araripe* 146 de 1858, Hypolita confessou que aquele casamento lhe despertava repugnância. Ela não foi a única escrava a repudiar um casamento imposto pelo seu senhor: a historiografia tem revelado grandes dramas nas uniões dos cativos. Um desses exemplos é apresentado por Sandra Lauderdale Graham. Em *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*, a autora analisa a história de Caetana, uma escrava que repugnava o casamento e o noivo, Custódio,

²⁵ Fonte: jornal cratense *O Araripe*, de 14- 08- 1858. N.º. 156. Págs. 3 e 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

²⁶ Fonte: jornal cratense *O Araripe*, de 05- 06- 1858. N.º. 146. Pág.02. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

arranjado pelo seu proprietário. Hypolita conservou-se calada; Caetana disse não. Todavia, as duas tentaram evitar o casamento. Hypolita e Caetana foram obrigadas a casar: Caetana recusou-se a consumir o casamento e foi lutar pela anulação do sacramento; Hypolita disse nunca ter “feito vida” com o marido e a situação a que foi condenada levou-a, ao “estado de prostituição”.

Hypolita viveu, nos seus casamentos, duas situações comuns na escravidão: no primeiro, casou-se contra a sua vontade. Já no segundo, era de sua vontade contrair matrimônio, mas o seu proprietário não permitia. O casamento só foi realizado após ela apresentar provas documentais de sua liberdade. Galdino, segundo marido de Hypolita era um homem livre. Não conseguimos identificar os registros dos casamentos de Hypolita. Assim, não será possível afirmar se a condição social de Hypolita, informada no seu casamento com Galdino foi mesmo de pessoa livre. Não obstante Hypolita ter apresentado ao padre documentos evidenciando sua liberdade, sua ação de liberdade ainda não tinha sido julgada e nos documentos oficiais do processo ela era mencionada como escrava, no período de seu segundo casamento.

Ainda que Hypolita não tenha sido registrada como escrava no seu segundo casamento, essa realidade fez do seu casamento com Galdino uma união mista. Ele um homem livre, casou-se com Hypolita, uma mulher escrava. Consultamos os registros de casamentos realizados na cidade do Crato, referentes a outros anos, também da segunda metade do século XIX. Eles permitem traçar um perfil das tipologias de uniões sacramentadas nessa cidade.

O gráfico seguinte foi elaborado com base nos registros de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha da cidade do Crato entre os anos de 1869 a 1873. A partir dos dados documentais construímos três tipologias de uniões: “livre com livre”, “escravo com escravo” e as “uniões mistas”.

Tabela 01: Casamentos realizados no Crato na Paróquia de Nossa Senhora da Penha entre 1869- 1873

Par conjugal	Número
Livre com livre	777
Escravo com escravo	12
Uniões mistas	6
Total	795

Fonte: Livro de do Livro de casamento N°05 A. Crato 1869 – 1873. Acervo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo (DHDPG).

Os dados do gráfico acima revelam a existência do casamento entre escravos na cidade do Crato. Um número bastante reduzido, apenas 12 uniões entre escravos, principalmente se comparado ao expressivo número, 777, de matrimônios entre pessoas livres. Esses dados isolados podem induzir a uma interpretação enganosa acerca dos casamentos realizados nessa cidade. Deve-se considerar que a população livre do Crato era consideravelmente maior que a população escrava, 18.184 livres e 1.391 escravos, em meados do século XIX, o que já indica um número menor de uniões oficializadas entre escravos.

O casamento oficial entre escravos não era uma operação fácil de ser realizada. Um obstáculo para a realização do matrimônio entre escravos era a necessidade de uma licença dada pelo proprietário, autorizando a realização do matrimônio. Hypolita vivenciou esse obstáculo. Seu proprietário não deu a licença para a realização do sacramento, o que quase impediu a oficialização da união entre Hypolita e Galdino. Deve ser levado em consideração também o alto custo da cerimônia do casamento, de modo que os escravos dificilmente tinham como pagar e poucos proprietários assumiam essa despesa.

O significado do sacramento do matrimônio para os escravos e população em geral, do Crato, também pode ter corroborado para a ínfima quantidade de casamentos entre escravos. Um exemplo de estudo que analisa os significados dos sacramentos para a população em geral e escravos é o trabalho de Sheila de Castro Faria. Segundo a autora, referindo-se ao sacramento do casamento, “não parecem ter sido tão importantes, em termos religiosos, para a população como um todo, quanto o eram para a Igreja.” (FARIA, 1998, p. 304) A historiadora acrescenta que “casar-se significava buscar uma estabilidade familiar e um respeito social, fundamental, no caso dos homens brancos de qualquer crença, e estratégico, no caso de escravos, forros e mestiços.” (Idem, *ibidem*)

O gráfico revela ainda uma pequena presença de uniões entre pessoas de condições sociais diversas dentro do mundo escravocrata, apenas 06 uniões mistas. Nas localidades em que a presença feminina era significativa, as negociações da família escrava passaram por diversos caminhos. As uniões mistas entre escravos e mulheres livres e pobres foi um deles, garantindo assim a liberdade da prole. Não foi o que aconteceu com Hypolita, apesar de sua união mista. Ela nasceu livre e foi escravizada. Seus filhos foram escravizados e em seu segundo casamento uniu-se a um homem livre e pobre, a julgar pela falta de sobrenome nas fontes, sendo referenciado apenas por Galdino de Tal.

No jornal, existem duas versões para a história de Hypolita: uma, que afirma sua liberdade, é defendida por ela e seus protetores. Outra, que a coloca em condição de escrava, é a versão defendida por João Pereira, seus filhos e seu genro, o senhor João Evangelista. O jornal publicou

correspondências e protestos das duas partes envolvidas, mas as partes do processo, transcritas e publicadas em *O Araripe*, destacam a comprovação da liberdade de Hypolita. Foram transcritos e publicados em *O Araripe*: ofícios, declarações, depoimentos, petições, certidões, e a sentença do juiz. Podemos depreender o caminho burocrático da ação de Hypolita se seguirmos a processualística apresentada por Keila Grinberg, no trabalho intitulado *Liberata: a lei da ambiguidade, as ações de liberdade da corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. A sequência dos acontecimentos numa ação de liberdade, na primeira instância, era a seguinte:

1. Petição do escravo requerida por um curador; assinada por qualquer homem livre. 2. Nomeação do curador; mandado de apreensão e depósito do escravo. 3. Citação do senhor e das testemunhas. 4. Requerimento de audiência, feito pelo curador. 5. Apresentação de libelo cível (primeiras razões) do escravo, ass. pelo curador. 6. Resposta (ou contrariedades) do réu, assinada por ele mesmo ou por seu advogado. 7. Inquirição das testemunhas. 8. Autos conclusos pelo juiz. 9. Sentença. 10. Embargos interpostos pela parte perdedora. 11. Embargos aceitos ou não pelo juiz. 12. No caso de os embargos terem sido aceitos, nova sentença. 13. Apelação: se a sentença tiver sido contrária à liberdade, o juiz apelará ex-offício; se for favorável, a apelação será interposta pelo senhor. 14. Autos enviados ao tribunal de relação. (GRINBERG, 2008, p. 73)

No processo de liberdade de Hypolita, suas testemunhas declararam que antes de Hypolita ir morar com a madrinha, ela teria vivido os primeiros anos de sua infância em margens do Rio São Francisco, lugar de seu nascimento, como pessoa livre. Somadas todas as provas da sua liberdade e de seus filhos, depoimentos e documentos escritos, o juiz municipal do termo de Ouricuri, João Antunes Correia Lima Wanderley, determinou a sentença da ação de liberdade, que foi transcrita e publicada no *O Araripe*, no número 162, de 2 de outubro de 1858:

Mando que em virtude do requerimento junto seja Hypolita Maria das Dores mantida na posse e gozo de sua liberdade visto ter mostrado ser effectivamente livre por documentos que apresentou, e seja este mandado entimado a quem interessar possa, para que nenhuma violência, ou acto qualquer se pratique que tenha por fim impedir o gozo da liberdade da referida Hypolita. Cumprão. Exú 30 de Agosto de 1858²⁷.

Se a história terminasse nesse momento, certamente poderíamos afirmar que Hypolita foi vitoriosa em sua causa. Em agosto de 1858, Hypolita e seus filhos foram considerados pessoas livres, na ação de liberdade que ela movia, com o auxílio de seus curadores, os irmãos Gualter e Luíz Pereira, contra João Pereira. Porém, a história não se encerra ainda. Nesses casos, em ações de liberdade de escravos, era comum os autos dos processos chegarem ao Supremo Tribunal da Justiça, terceira e última instância, em que é declarada uma sentença definitiva.

²⁷ Fonte: jornal *O Araripe*, Crato. 02- 10- 1858. N.º. 162. Pág. 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP).

Por ora, para finalizar, é preciso mencionar que este estudo compreende apenas a primeira instância da ação de liberdade de Hypolita. Deste modo, identificamos e analisamos alguns acontecimentos de sua vida: a realidade local que possibilitou a sua escravização, a negociação da sua liberdade e a dos seus filhos, seus matrimônios, os conflitos travados com João Pereira, os conflitos entre os grandes proprietários de Crato e de Exu, envolvendo sua história, mas também por razões anteriores à sua luta pela liberdade. Reconstituímos parte da sua ascendência, identificando seus pais, avó e bisavô, e sua descendência. Em suma, reconstituímos traços da vida de Hypolita. Entretanto, muitos outros fragmentos continuam no obscuro, ainda por se revelar: Hypolita terá conquistado em outras instâncias, a sua liberdade e a dos seus filhos? Afinal, o que aconteceu com Hypolita? Como disse o poeta Rainer Maria Rilke, “as coisas estão longe de ser todas tangíveis e dizíveis quanto se nos pretenderia fazer crer.” (RILKE, 2001, p. 25) Rilke referia-se às palavras de crítica às obras de arte. Nós pensamos o processo histórico. Procuramos, neste estudo, historicizar fragmentos da vida de Hypolita.

REFERÊNCIAS

AMANTINO, Marcia *Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal”- 1825 a 1832*. Juiz de Fora: revista de história Locus, 2006.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo I. Edição fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas na escravidão da corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri Cearense: (1850-1884)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e poder: em São Paulo no Século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4. ed. São Paulo: Global, 2010.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco* Vol. I. Recife. 2ªed., CEPE, 2006.

GINZBUG, Carlo. *Mito, emblemas, sinais: morfologia e história* (tradução de Frederico Carotti). São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (1986).

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2006.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MOREIRA, José Roberto de Alencar. *Vida e Bravura: origens e genealogia da família Alencar*. Brasília, CERFA, 2005.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RILKE, Rainer Maria. *Cartas a um jovem poeta*. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In. CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 1997.